



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000427866

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2080514-32.2025.8.26.0000, da Comarca de Ribeirão Preto, em que é agravante CREMILDO SILVA DE AZEVEDO, é agravado AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 21ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PAULO ALCIDES (Presidente sem voto), FÁBIO PODESTÁ E ADEMIR BENEDITO.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

DÉCIO RODRIGUES

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº: 25.805

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 2080514-32.2025.8.26.0000

COMARCA: RIBEIRÃO PRETO

AGRAVANTE: CREMILDO SILVA DE AZEVEDO

**AGRAVADO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO
E INVESTIMENTO S/A**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação revisional. Contrato de financiamento de veículo. Alegação de diversas ilegalidades. Tutela antecipada. Pretensão de obstar a inclusão dos dados do contratante nos órgãos de proteção ao crédito. Descabimento. Alegações unilaterais de abusividades não elidem a mora. Circunstância incapaz de impedir que o banco adote medidas coercitivas visando à satisfação de seu crédito. Medida que implicaria no cerceamento do direito de ação do credor previsto no art. 5º, XXXV, da CF. Agravo improvido.

Cuida-se de agravo de instrumento por meio do qual quer ver o autor reformada a r. decisão copiada às fls. 65/67, proferida nos autos de ação de revisão de cláusulas de contrato bancário, que indeferiu o pedido de tutela de urgência, requerida para determinar que o réu seja compelido a não inserir o nome do autor em órgãos de restrição de crédito, bem como excluir e/ou não inserir informações na Central de Risco do Bacen; assim como para manter a posse do veículo descrito, mediante autorização de depósito das prestações do financiamento de acordo com o valor incontroverso.

Sustenta, em suma, que o réu vem cobrando taxas de juros acima do estipulado em contrato, razão pela qual entende que a negativação de seu nome é abusiva, uma vez que informa que pretende pagar as parcelas do financiamento. Aduz que a questão deverá ser resolvida por prova técnica e que o perigo de dano reside no fato de que pode ficar com o nome negativado. Acrescenta que a probabilidade de seu direito está declinada na inicial, com várias abusividades que ensejam a modificação do contrato firmado entre as partes.

Recurso recebido sem a atribuição do efeito ativo. Contraminuta às fls. 71/83. Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

A análise dos autos revela que a decisão guerreada mostrou-se acertada.

Na hipótese, ingressou o agravante, com ação de revisão de contrato de financiamento de veículo. Aponta no corpo da inicial a existência de ilegalidades que entende terem sido praticadas pela instituição financeira, a concluir que o réu deve ser proibido de negativar seu nome e realizar atos de cobrança da dívida.

Em primeiro lugar, de se destacar que a tutela antecipatória, tratada no CPC como tutela de urgência, exige prova inequívoca da verossimilhança da alegação, conforme previsão do artigo 300 do mencionado diploma. Para CARREIRA ALVIM, *“prova inequívoca deve ser considerada aquela que apresenta um grau de convencimento tal que, a seu respeito, não possa ser oposta qualquer dúvida razoável, ou, em outros termos, cuja autenticidade ou veracidade seja provável”* (apud BEATRIZ CATARINA DIAS, “A Jurisdição na Tutela Antecipada”, 1999, Saraiva, p. 76).

A verossimilhança, por outro lado, significa semelhança à verdade. Isto quer dizer que a verossimilhança deve estar um passo atrás da certeza. Ou como ensina RIZZATO NUNES, da leitura da peça processual deve emergir forte conteúdo persuasivo (cf. Comentários ao Código

de Defesa do Consumidor, Saraiva, 2000, p. 123).

Com efeito, o autor, ora agravante, pretende se isentar de atos de cobrança da instituição financeira, por força de ilegalidades no contrato que alega existir.

Tal hipótese, todavia, não tem o condão de evitar a cobrança dos valores a que se obrigou contratualmente.

É certo que o recorrente aponta a existência de vícios no contrato, mas esta questão demanda dilação probatória, não permitindo reconhecer verossimilhança a justificar a antecipação pretendida. Isto porque o pagamento do valor que entende devido, em ação revisional, resulta na plena possibilidade da cobrança, pela via executiva, monitória ou ordinária, dos termos do contrato que mantém com a agravada, fato incontroverso, ao qual o agravante aderiu com absoluta liberalidade, presumindo sua concordância em relação aos encargos praticados.

A propósito do tema, assim decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

*“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO
REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.*

MEDIDAS DE URGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚM. 7 DESTA CORTE. MORA NÃO AFASTADA. SÚM. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O simples ajuizamento de ação revisional, com alegação da abusividade das cláusulas contratadas, não importa o reconhecimento do direito do contratante à antecipação da tutela, sendo necessário o preenchimento dos requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil. (...) Omissis. 4. Agravo regimental não provido” (AgRg no Ag em REsp nº 452.055/MS, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, j. 3/4/2014).

Por outro lado, de se atentar que o art. 330, § 2º, do CPC dispõe que “*Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.*”

E o § 3º do mesmo artigo diz: “*Na*

hipótese do § 2º, o valor incontroverso deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados.”

Exige-se, portanto, que o pagamento continue a ser feito “*no tempo e modo contratados*”.

Veja-se que, segundo entendimento exteriorizado em recurso repetitivo, no Colendo Superior Tribunal de Justiça assim ficou decidido:

“Orientação 4 – Inscrição/Manutenção de Inadimplentes

a) A proibição da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) houver ação fundada na existência integral ou parcial do débito; ii) ficar demonstrado que a alegação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) for depositada a parcela incontroversa ou prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, por ocasião da sentença ou do acórdão, seguirá a sorte do que houver sido decidido no mérito do processo quanto à mora. Autoriza-se a inscrição/manutenção apenas se configurada a mora”.

Trata-se, ademais, de questão sumulada
(Súmula nº 380/STJ):

“A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor”.

Com relação à inscrição junto aos órgãos de restrição cadastral, vale destacar que SERASA, SPC e demais órgãos congêneres são instituições cujo objetivo é municiar as empresas, notadamente as relacionadas à concessão de créditos, com dados econômicos e financeiros relativos a pessoas (físicas ou jurídicas) pretendentes à efetivação de empréstimos e operações negociais em geral. E não se pode impedir que as instituições financeiras tentem se proteger através do acesso a órgãos centralizadores de dados, na busca de informações sobre o perfil dos clientes que lhes procuram, a fim de conhecerem os riscos que assumirão em cada negócio jurídico firmado.

Nesta ótica, é inquestionável que a r. decisão recorrida está ajustada ao posicionamento dominante dos Tribunais Superiores, ao passo que o recorrente não logrou êxito em demonstrar o “*distinguish*” do caso concreto. Assim, não há como se antecipar a tutela pretendida.

Esclarece-se que não há aqui qualquer pré-

juízo. As decisões judiciais devem ser necessariamente fundamentadas sob pena de nulidade (cf. CF, 93, IX), o que inclui as decisões interlocutórias concessivas ou negatórias de tutela de urgência. O que difere tais decisões das sentenças de mérito é sua provisoriedade, e não a sua fundamentação, que pode e deve ser exauriente. É erro palmar em matéria de Direito Processual Civil entender que as decisões interlocutórias devem ser fundamentadas superficialmente, para não se ingressar no mérito. Muito ao contrário, deve ser a decisão, quer concessiva, quer negatória do pedido da parte, bem fundamentada a fim de que ela possa saber os motivos dela.

Pelo exposto, pelo meu voto, é negado provimento ao recurso.

DÉCIO RODRIGUES

Relator